



III Congresso Nacional de Arquivologia

20 a 24 de outubro - Rio de Janeiro

Anais do III Congresso Nacional de Arquivologia
"Arquivologia e suas múltiplas interfaces"
Edição Ampliada



AAERJ

Associação dos Arquivistas
do Estado do Rio de Janeiro



ENARA

Executiva Nacional das Associações
Regionais de Arquivologia

De 20 a 24 de outubro de 2008
Rio de Janeiro

Executiva Nacional Das Associações Regionais De Arquivologia - ENARA

Coordenador: Daniel Beltran Motta

Entidades Filiadas:

ABARQ - Associação Brasiliense de Arquivologia

Presidente: Guaraci Paes

AAERJ - Associação dos Arquivistas do Estado do Rio de Janeiro (Coord.)

Presidente: Carlos Frederico Machado

AARQES - Associação dos Arquivistas do Estado do Espírito Santo

Presidente: André Malverdes

AAPR - Associação dos Arquivistas do Paraná

Presidente: Eleopécio Fiori

AABA - Associação dos Arquivistas da Bahia

Presidente: Pablo Soledade de Almeida Santos

Coordenação do III Congresso Nacional de Arquivologia

AAERJ - Associação dos Arquivistas do Estado do Rio de Janeiro

Coordenação Geral:

Daniel Beltran Motta - Coordenador da ENARA

Carlos Frederico Machado - Presidente da AAERJ

Anna Carla Almeida Mariz - Presidente da Comissão Científica do III CNA

Equipe de Apoio:

Alex Pereira de Holanda

Lucina Ferreira Matos

Marcelo Nogueira de Siqueira

Patrícia Kelly dos Santos

Paulo Rodrigues

Renato Motta

Vanessa de Arruda Jorge

Welder Antônio Silva

Wagner Ridolphi

Equipe de Divulgação:

Paraíba: Marcela Teixeira	Rio Grande do Sul: Vinícius Mitto Navarro
Bahia: Ricardo Sodré Andrade	São Paulo: Inaldo Nascimento Conceição
Goiás: José Adilson Dantas	Distrito Federal: Associação Brasiliense de Arquivologia – ABARQ
Paraná: Associação dos Arquivistas do Paraná – AAPR	Espírito Santo: Associação dos Arquivistas do Estado do Espírito Santo - AARQES

Comissão Científica

Anna Carla Almeida Mariz, DSc (Presidente)

José Maria Jardim, DSc

Luiz Cleber Gak, DSc

Julia Bellesse da Silva Lins, DSc

Vanderlei Batista dos Santos, MSc

Daniel Flores, DSc

Elaine Coutinho Marcial, MSc

Márcia Valéria Brito Costa, MSc

Comissão de Apoio Científico:

Alex Pereira de Holanda

Lucina Ferreira Matos

Marcelo Nogueira de Siqueira

Vanessa de Arruda Jorge

Welder Antônio Silva

Equipe Editorial

Coordenação:

Anna Carla Almeida Mariz
Daniel Beltran Motta

Projeto Gráfico:

Anna Carla Almeida Mariz
Daniel Beltran Motta
Welder Antônio Silva
Michel El-Chaer Saddock de Sá

Redação e Organização:

Anna Carla Almeida Mariz
Daniel Beltran Motta
Lucina Ferreira Matos
Vanessa de Arruda Jorge
Welder Antônio Silva

Revisão:

Anna Carla Almeida Mariz
Daniel Beltran Motta
Vanessa de Arruda Jorge
Welder Antônio Silva

Edição e Distribuição:

ENARA - Executiva Nacional das Associações Regionais de Arquivologia
AAERJ - Associação dos Arquivistas do Estado do Rio de Janeiro
III Congresso Nacional de Arquivologia

C749t Congresso Nacional de Arquivologia (3. : 2008 : Rio de Janeiro, RJ)
III Congresso Nacional de Arquivologia : tema, arquivologia e suas múltiplas interfaces . - ed. aum. - Rio de Janeiro : ENARA : AAERJ, 2008.
1 cd-rom ; 4 ¾ pol.

1. Arquivologia - Congressos. I. Executiva Nacional das Associações Regionais de Arquivistas (Brasil).
II. Associação dos Arquivistas do Estado do Rio de Janeiro.
III. Título.

CDD: 027
ISBN: 978-85-62320-00-2

III Congresso Nacional de Arquivologia

Tema: "Arquivologia e suas múltiplas interfaces"

Eixos temáticos:

A Arquivologia contemporânea: métodos, objetos e dimensões teóricas.

A Arquivologia e suas relações com outros campos do conhecimento (seja nas práticas profissionais ou na produção do saber arquivístico)

Áreas de concentração:

1. Ensino e pesquisa em Arquivologia
2. Políticas arquivísticas
3. Normalização arquivística
4. Gestão e preservação de documentos digitais
5. Gestão e preservação de documentos audiovisuais
6. Tendências no mercado de trabalho
7. Relações interdisciplinares: confluências e antinomias.

Ementa:

A Arquivologia como território interdisciplinar. A arquivologia e as ligações que podem contribuir para o seu desenvolvimento. Os pontos de união com as outras áreas com as quais se relaciona e/ou faz fronteira, a compreensão dessas relações, os pontos de convergência e divergência e as disciplinas que favorecem os estudos arquivísticos e são favorecidas por eles. A arquivologia e o seu próprio território. A relação entre as partes do todo. O fortalecimento e o desenvolvimento da arquivologia. Reflexões sobre a área e as questões referentes ao seu objeto de estudo, considerando as suas especificidades.

Sessão de Abertura

Dia 20/10 – Arquivo Nacional
18hmin – 21h00min

Palestra:

Construção das múltiplas interfaces da Arquivologia

Maria Izabel de Oliveira

Sessões Plenárias

Dia 21/10 - Auditório – 25º andar
9h00min - 12h30min

Ensino e Relações Interdisciplinares da Arquivologia

Mediador: Renato Tarciso Barbosa de Sousa

Palestras:

Dimensões interdisciplinares da Arquivologia
José Maria Jardim

Ensino: tendências para a formação em Arquivologia
Luiz Cleber Gak

**Archivística y Sociedad. Un alianza imprescindible para el afianzamiento de la
profesión**

Maria da Paz Martín-Pozuelo Campillos

Dia 23/10 - Auditório – 25º andar
9h00min - 12h30min

Gestão e Preservação de Documentos Digitais

Mediador: Vanderlei Batista dos Santos

Palestras:

Fatores de risco de perda de documentos eletrônicos de caráter arquivístico
Mário Augusto Muniz Guedes

**Certificação Digital integrada ao GED: conceitos,
fundamentos, aplicabilidades e desafios para migração de documentos
analógicos para digitais**
Stefano Kubiça

Dia 24/10 - Auditório – 25º andar
9h00min - 12h30min

Normalizações e Políticas Arquivísticas

Mediador: Paulo Knauss

Palestras:

Normas e Políticas Públicas Arquivísticas: uma abordagem conceitual
Ana Celeste Indolfo

ISDF: Uma nova norma para a recuperação do contexto
Vitor Manoel Marques da Fonseca

Análisis prospectivo de las políticas archivísticas en España
Maria da Paz Martín-Pozuelo Campillos

Comunicações Livres

Dia 21/10 - Sala 4 – 18º andar
14h00min – 17h30min

Moderador: Ricardo Sodré Andrade
(Mestrando em Ciência da Informação - UFBA)

Programa de Gestão Documental do Estado do Espírito Santo– PROGED
Alessandra Baptista Lyrio, Herlon Nardoto Gomes, Sandro Pandolpho da Costa,
Jussara Texeira, Ruth Mirian Salay de Mello, Aline Souza Gaigher, Silas Raasch

Integração de instrumentos de gestão documental ao sistema de correspondência e processos administrativos da Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC)

Vânia Medeiros Ribeiro, Maria Lourdes Blatt Ohira, Delsi Fries Davok

Gestão Arquivística de Documentos no Jornal Correio Braziliense: do planejamento à ação

Vânia Caldas, Paulo Vinícius Sette de Lima Mello, Michelle Ribeiro Cortês

Sistema de Acervos e Arquivos da Universidade Federal do Rio Grande do Sul: o projeto-piloto na Faculdade de Ciências Econômicas

Flavia Helena Conrado, Maria do Rocio Fontoura Teixeira

A gestão arquivística em uma instituição de ensino em saúde: um estudo de caso

Aline Pestana de Menezes, Ana Carolina Andrade dos Santos, Janete Romeiro, José Mauro da Conceição Pinto, Rodrigo Ferreira do Carmo

Padronização de instrumentos de classificação de documentos arquivísticos: uma proposta para as Instituições Federais de Ensino Superior e Tecnológico do Ministério da Educação

Inaldo Nascimento Conceição

Identificação de tipologias documentais como parâmetro para avaliação de documentos contábeis

Rafaela Augusta de Almeida

Dia 21/10 - Sala 5 – 18º andar
14h00min – 17h30min

Moderadora: Lucina Ferreira Matos
(Mestranda em História, Política e Bens Culturais - FGV)

A contribuição da Arquivística para a gestão do acervo fotográfico de um Museu: O caso do Museu Histórico e de Artes de Ibiporã – PR - “Espaço de Memória”

Gleice Carlos Nogueira Rodrigues

Acervo fotográfico: produto das funções e atividades da Escola de Enfermagem Nossa Senhora Medianeira
Luciana Souza de Brito

Caricatura: análise, interpretação e representação documentária da imagem/texto
Rita de Cássia Souza Ribeiro

Representação e uso da fotografia jornalística em banco de imagens
Joice Cleide Cardoso Ennes de Souza

A migração de suporte para preservação do acervo sonoro da Rádio MEC
Marcelo de Oliveira Albuquerque e Munik de Araujo Miranda

Nova dança para uma velha orquestra: os sistemas nacionais de informação
Miriane da Costa Peregrino

A engenharia social e os profissionais da informação de arquivos empresariais
Tiago Braga da Silva, Attilio Provedel

Dia 22/10 - Sala 4 – 18º andar
14h00min – 17h30min

Moderador: André Ricardo de A. V. Luz
(Mestrando em Ciência da Informação - UFF/IBICT)

Fluxos documentais em ambientes empresariais: características, tipologias e usos
Danilo André Bueno, Marta Lígia Pomim Valentim

Letramento digital: um subsídio na formação do profissional arquivista
Carlos Eugênio da Silva Neto, Janecely Silveira de Lima, João Wandemberg Gonçalves Maciel

Uma nova geração de instrumentos arquivísticos de referência: a publicação dos produtos das descrições arquivísticas em meio eletrônico
Ricardo S. Andrade, Rubens R. G. da Silva

Repositórios Digitais e unidades de informação tradicionais e suas interfaces na Sociedade Informacional
Sílvia Mendes Masson

Documentos eletrônicos em processos comerciais: o caso das cidades de Angra dos Reis (RJ) e São Paulo (SP)
Alexandre de Souza Costa, Alexandre de Souza Pontes

Projeto de modernização dos arquivos do TJDFT – ÁREA-FIM – PROMA

Otacílio Guedes Marques

Proposta de critérios para escolha de software gerenciador de arquivo: o caso do Centro de Memória da Extensão da UFES

Alzinete Maria Rocon Biancardi, Edílson Freire Filho, Luiz Carlos da Silva

Assinatura digital como fenômeno infocomunicacional: estudo de caso no judiciário brasileiro

Moisés Rockembach, Lizete Dias de Oliveira

Dia 22/10 - Sala 5 – 18º andar
14h00min – 17h30min

Moderador: Flávio Leal da Silva

(Professor da UNIRIO e Doutorando em Memória Social – UNIRIO)

O arquivo e a memória das minorias sociais: um estudo do fundo “Grupo Somos” do Arquivo Edgard Leuenroth

Antonio Gouveia de Sousa

Memória do trabalho: o tratamento do fundo documental do Sindicomerciários-ES e a sua importância para a história local

André Malverdes

Arquivos pessoais como fonte de pesquisa para a Memória Institucional

Renato Crivelli Duarte

Estudo dos princípios de indexação e recuperação da informação em entrevistas de história oral

Daniele Cavaliere Brando

Usuários e pesquisas do arquivo da Casa de Memória Edmundo Cardoso (ACMEC)

Tassiara Jaqueline Fanck Kich, Carlos Blaya Perez

Estudo de usuários como instrumento para gestão de arquivos permanentes: aplicação na Casa de Oswaldo Cruz/FIOCRUZ

Ivone Pereira de Sá, Jean Maciel Xavier

Tratamento da documentação processual manuscrita do acervo do Tribunal Regional Federal do Rio de Janeiro século XIX e XX - características e peculiaridades

Solange Barbosa Bittencourt, Rosangela Maria Gaudie Ley Meneses

Antecedentes y perspectivas de la gestión del conocimiento en el Archivo Nacional de la República de Cuba desde la actividad de superación y postgrado visto a través de fuentes documentales

Edison Yamir Toledo Díaz

Dia 23/10 - Sala 4 – 18º andar
14h00min – 17h30min

Moderador: Welder Antônio Silva
(Mestrando em Ciência da Informação – UFF/IBICT)

A noção de informação arquivística na produção de conhecimento em
Arquivologia no Brasil (1996-2006)
Eliezer Pires da Silva

A produção científica relacionada à Arquivística no Brasil: configuração de
um campo extradisciplinar
Angelica Alves da Cunha Marques, Georgete Medleg Rodrigues

A construção discursiva em Arquivologia: aspectos conceituais
Thiago Henrique Bragato Barros, João Batista Ernesto de Moraes

A trajetória da Arquivologia: três visões sobre os arquivos
Eliezer Pires da Silva

A formação do estudante de Arquivologia da Universidade Estadual da
Paraíba
Aryelly S. C. de Sousa, Francinete F. de Sousa, Josivan Soares Ferreira, José Tavares dos Santos

O mercado de trabalho do profissional arquivista da UEL face à sua formação
Edilene Fatel Aureliano, Gisele Barreiros Oliveira, Linete Bartalo

A importância da leitura para os discentes do Curso de Arquivologia da
Universidade Estadual da Paraíba/UEPB
Josivaldo Soares Ferreira, Josivan Soares Ferreira, Marli Batista Fidelis, Josenildo Forte de Brito

Monitoria Eletrônica e Hipertextos: relevância de sua aplicação no ensino aos
profissionais da informação
Fernanda Pereira, Benildes Coura M. S. Maculan, Gercina Angela Borém O. Lima

Trabalhos apresentados nos Eventos Paralelos

21/10 - Auditório - 25º andar
14h00min – 17h30min

IV Reunião de Arquivos Judiciais

Gestão de documentos no Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro: uma evolução em gestão de documentos públicos
Gilberto de Souza Cardoso

22/10 - Auditório – 22º andar
09h00min – 12h30min

I Encontro Nacional de Arquivos Médicos

Projeto de revitalização e modernização dos Arquivos Médicos
Vania Franco de Oliveira

22 /10 - Sala 1 - 18º andar
09h00min – 12h30min

I Encontro Nacional de Documentação do Setor Energético

Nível de satisfação da organização documental da Usina Hidrelétrica de Itiquira – MT
Mariza Inês da Silva Pinheiro, Josilaine Oliveira César

23/10 - Sala 1 - 18º andar
14h00min – 17h30min

V Encontro de Paleografia e Diplomática

A Diplomática Arquivística Contemporânea: o papel teórico de Luciana Durante
Natália Bolfarini Tognoli

22/10 - Auditório – 22º andar
14h00min – 17h30min

II Encontro de Arquivos do Poder Legislativo

Os arquivos do Poder Legislativo da Paraíba: uma proposta de gestão documental
Ana Isabel de Souza Leão Andrade

Agradecimentos

Ana Lúcia Ferreira Gonçalves

André Ricardo Luz

Anna Szlejcher

Beatriz Kushnir

Carla Cavalcante de Hollanda

Carlos Wilton

Charley Luz

Cláudia Bemfica

Clube de Engenharia

Conselho Nacional de Arquivos

Ely Bastos de Lima

Fernanda Soares

Flávio Leal da Silva

João Euripedes Franklin Leal

João Nepomuceno

Lamberto Ricarte Serra Júnior

Marcos Moyses da Cunha

Maria Luiza Cavalcanti Jardim

Roberto da Costa Cardoso

Secretaria de Turismo da Prefeitura do Rio

Tereza Eleutério de Sousa

Vânia Maria Franco de Oliveira

Abertura do Congresso

A construção das múltiplas interfaces da arquivologia	18
---	----

Sessões Plenárias

Dia 21-10 Tema: Ensino e Relações Interdisciplinares da Arquivologia

Resumo do Mediador	27
--------------------	----

Ensino e relações interdisciplinares da Arquivologia	30
--	----

Ensino: tendências para a formação em Arquivologia	44
--	----

Archivística y Sociedad. Un alianza imprescindible para el afianzamiento de la profesión
(Texto não enviado pela palestrante)

Dia 23-10 Tema: Gestão e Preservação de Documentos Digitais

Resumo do Mediador	60
--------------------	----

Fatores de Risco de Perda de Documentos Eletrônicos de Caráter Arquivístico	63
---	----

Certificação Digital integrada ao GED: conceitos, fundamentos, aplicabilidades e desafios para migração de documentos analógicos para digitais	99
--	----

Dia 24-10 Tema: Normalizações e Políticas Arquivísticas

Resumo do Mediador	123
--------------------	-----

Normas e políticas públicas arquivísticas: uma abordagem conceitual	126
---	-----

ISDF: uma nova norma para a recuperação do contexto	138
---	-----

Análisis prospectivo de las políticas archivísticas en españa (Texto não enviado pela palestrante)

Comunicações Livres

Dia 21-10 sala 4

Resumo do moderador	146
Programa de gestão documental do estado do Espírito Santo – PROGED	148
A Gestão Arquivística em uma Instituição de Ensino em Saúde: um Estudo de Caso	157
O Sistema de Acervos e Arquivos da Universidade Federal do Rio Grande do Sul: um relato das atividades do projeto-piloto de organização do acervo documental da Faculdade de Ciências Econômicas	170
Padronização de instrumentos de classificação de documentos arquivísticos: uma proposta para as instituições federais de ensino superior e tecnológico do ministério da educação.	185
Gestão arquivística de documentos no jornal correio brasileiro : do planejamento à ação	203
Identificação de tipologias documentais como parâmetro para avaliação de documentos contábeis.	223
Integração dos instrumentos de gestão documental ao sistema de correspondência e processos administrativos (CPA) da universidade do estado de santa catarina (UDESC)	249

Dia 21-10 sala 5

Resumo do moderador	267
A engenharia social e os profissionais da informação de arquivos empresariais	269
A contribuição da arquivística para a gestão do acervo fotográfico de um museu.	283
Representação e uso da fotografia jornalística em banco de imagens	300
Acervo fotográfico: produto das funções e atividades da Escola de Enfermagem. Nossa Senhora Medianeira de Santa Maria	319
A migração de suporte para preservação do acervo fonográfico da rádio MEC	333
Nova dança para uma velha orquestra os sistemas nacionais de informação	346
Caricatura: análise, interpretação e representação documentária da imagem/texto	366

Dia 22-10 sala 4

Resumo do moderador (Texto não enviado pelo moderador)	
Documentos eletrônicos em processos comerciais: o caso das cidades de Angra dos Reis (RJ) e São Paulo (SP)	386
Fluxos documentais em ambientes empresariais: características, tipologias e usos	405
Letramento digital: um subsídio na formação do profissional arquivista	416
Proposta de Critérios para Escolha de Software Gerenciador de Arquivo: O Caso do Centro de Memória da Extensão da Ufes	430

Assinatura digital como fenômeno infocomunicacional: estudo de caso no judiciário brasileiro	440
Projeto de modernização dos arquivos do TJDFT – área-fim – PROMA	453
Uma nova geração de instrumentos arquivísticos de referência: a publicação dos produtos das descrições arquivísticas em meio eletrônico	468
Repositórios Digitais e unidades de informação tradicionais e suas interfaces na Sociedade Informacional	482

Dia 22-10 sala 5

Resumo do moderador	503
Memória do trabalho: o tratamento do fundo documental do Sindicomerciários-ES e a sua importância para a história local	505
O arquivo e a memória das minorias sociais: um estudo do fundo grupo 'Somos' do arquivo Edgard Leuenroth	514
Estudo dos princípios de indexação e recuperação da informação em entrevistas de história oral	526
Antecedentes y perspectivas de la gestión del conocimiento en el Archivo Nacional de la República de Cuba desde la actividad de superación y postgrado visto a través de fuentes documentales.	539
Estudo de Usuários como instrumento para gestão de arquivos permanentes: aplicação na Casa de Oswaldo Cruz/FIOCRUZ	555
Arquivos pessoais como fonte de pesquisa para a Memória Institucional	566
Tratamento da documentação processual manuscrita do acervo do tribunal regional federal do Rio de Janeiro século XIX e XX – características e peculiaridades	579
Usuários e pesquisas do arquivo da casa de memória Edmundo Cardoso (ACMEC)	594

Dia 23-10 sala 4

Resumo do moderador	610
A produção científica relacionada à Arquivística no Brasil: configuração de um campo extradisciplinar	618
A trajetória da arquivologia: três visões sobre os arquivos	636
A noção de informação arquivística na produção de conhecimento em arquivologia no Brasil (1996-2006)	656
Monitoria Eletrônica e Hipertextos: relevância de sua aplicação no ensino aos profissionais da informação	676
A formação do estudante de arquivologia da universidade estadual da Paraíba	687
O mercado de trabalho do profissional arquivista da Universidade Estadual de Londrina–UEL-face à sua formação	701
A importância da leitura para os discentes do curso de arquivologia da universidade estadual da Paraíba/UEPB	717
A construção discursiva em arquivologia: aspectos conceituais	734

Eventos Paralelos	
I Encontro Nacional de Arquivos Médicos	
Projeto de revitalização e modernização dos arquivos médicos	754
I Encontro Nacional de Documentação do Setor Energético	
Nível de satisfação da organização documental da usina hidrelétrica de Itiquira – MT	771
II Encontro de Arquivos do Poder Legislativo	
Os arquivos do poder legislativo da Paraíba: uma proposta de gestão documental	788
IV Reuniões de Arquivos Judiciais	
Gestão de documentos no poder judiciário do estado do Rio de Janeiro	801
V Encontro de Paleografia e Diplomática	
A diplomática arquivística contemporânea: o papel teórico de Luciana Duranti	824



Plenária: Normalizações e Políticas Arquivísticas

NORMAS E POLÍTICAS PÚBLICAS ARQUIVÍSTICAS: uma abordagem conceitual

ANA CELESTE INDOLFO

indolfo@bol.com.br

ARQUIVO NACIONAL e UNIRIO

RESUMO: Discute a conceituação de norma, em diversos campos do conhecimento, para a compreensão do papel e da intensidade das normas arquivísticas. Apresenta um quadro conceitual sobre as políticas públicas de informação e as políticas públicas arquivísticas. Examina o alcance das normas arquivísticas, no quadro geral da formulação e implantação de políticas públicas arquivísticas.

Palavras-chave: Normas arquivísticas. Políticas públicas de informação. Políticas públicas arquivísticas.

Esse trabalho apresenta um estudo das conceituações de norma utilizadas em outros campos do conhecimento, para que se possa compreender o poder e os limites das normas arquivísticas.

De uma maneira geral, as normas são produzidas, analisadas e, facilmente, visualizadas em seus aspectos técnico-científicos, ou seja, enquanto instrumentos tangíveis e da esfera da prática, em detrimento de sua dimensão política.

O uso da palavra norma, seja na Filosofia, na Sociologia, no Direito, bem como nas instituições responsáveis pelo estabelecimento e construção de padrões para a indústria, para a ciência e a tecnologia e, também, para a documentação, envolve significações específicas e singulares.

Em Filosofia, normas são razões ou motivos para agir, para acreditar ou para sentir; elas prescrevem ações e condutas, são os fundamentos do dever e constituem objeto de estudo da Ética, quando nos referimos às normas morais.

Se regras são tipos de normas, então os jogos e as competições dependem completamente das normas, uma vez que são elas que determinam como jogar, competir, pontuar e determinar os vencedores e os vencidos.

Para a maioria das pessoas, no uso diário, a norma é um padrão considerado comum em suas práticas, hábitos e costumes.

Em Sociologia, a norma é uma regra cultural que associa o comportamento ou a aparência do indivíduo a recompensas ou castigos (sanções).

Mesmo para o senso comum, a separação entre as normas e a prática – **entre o que se deve fazer e o que em realidade se faz** – chama a atenção, pois é reconhecido que as “ordens” estão longe de serem sempre obedecidas.

O objeto da Ciência Jurídica é o estudo da norma jurídica, cuja especificidade é apontada, essencialmente, na Teoria Geral das Normas e na Teoria Pura do Direito, do jusfilósofo Hans Kelsen, “cuja preocupação de pureza metodológica e rigidez na construção das categorias e conceitos fundamentais” se impuseram no intuito de assegurar a cientificidade e autonomia do Direito, *definindo a norma jurídica como um imperativo e distinguindo-a de uma simples ordem*.

A Ciência do Direito estabelece um sistema de normas jurídicas por meio do qual uma conduta é prescrita, permitida ou facultada, e um esquema de interpretações onde os enunciados, sobre um objeto dado ao conhecimento, têm uma significação jurídica. Assim, admite-se a existência de várias interpretações, cabendo ao jurista ajustá-las ao caso concreto.

Contudo, *uma norma jurídica só é considerada objetivamente válida quando a conduta humana por ela regulada lhe é correspondente*, ou seja, eficaz, decorrendo daí que a norma deixa de ser considerada válida quando perde sua eficácia.

Sintetizando, a norma jurídica é um imperativo de conduta, que obriga o ser humano a se comportar da forma por ela desejada, é a “célula do ordenamento jurídico”, ou seja, o corpo sistematizado de regras de conduta caracterizadas pela *coercitividade e imperatividade*.

Em termos jurídicos, toda norma implica em uma conduta e uma sanção, pois se tratasse apenas sobre a conduta, seria algo como uma recomendação, um “conselho”. Para a Ciência do Direito *se não há sanção, não é norma*.

Verificando outros enfoques do uso dos termos norma, normalização e normativo temos, para as diversas áreas da Ciência e Tecnologia, uma norma (ou padrão) como uma especificação que regulamenta processos e produtos para garantir a *interoperabilidade*. Assim como em Informática, a normalização de uma base de dados consiste em aplicar uma série de regras para evitar a redundância dos dados e proteger a sua integridade.

Dentro da área de produção da indústria farmacêutica, temos as *boas práticas de produção*, como um conjunto de normas e procedimentos a serem seguidos, para se conseguir



que os produtos sejam fabricados de maneira consistente e de acordo com certos padrões de qualidade.

Temos, também, a *norma de qualidade* que é uma regra ou diretriz, para diversas atividades e serviços, desenhada com o fim de se conseguir um grau ótimo de ordem no contexto da qualidade.

A cultura contemporânea, ou o chamado mundo da era da informação, ao enfrentar os problemas oriundos da globalização, onde o dinamismo variável do capitalismo conjugado aos crescentes fluxos de informação, propiciados pela acelerada introdução das novas tecnologias de comunicação, exige cada vez mais que se construa uma normalização.

Essa tendência de uma ordem mundial mais normativa vem impondo uma uniformização no campo da gestão, da tecnologia, do consumo e dos modos de vida.

A normalização é visualizada como capaz de oferecer não só uma diminuição das desigualdades econômicas e das exclusões sociais, como também a *redução das incertezas* de seus projetos, conquistas e sonhos.

Com isso, a tarefa ou o exercício da normalização, a cargo de diversas instituições, além de se preocupar com a elaboração e aprovação de normas a serem adotadas internacionalmente, vem se apresentando como uma “solução” para se integrar, conectar e interligar com qualidade, eficácia e transparência o mundo globalizado.

É necessário que se dê realce às dimensões de uma norma, pois normalizar pode, também, ter a função de *harmonizar*, num determinado espaço histórico-cultural, e até mesmo lingüístico.

É o caso de **normalização terminológica**, “uma vez que é necessário construir terminologias que designem exatamente os objetos, é preciso que o mesmo termo seja empregado para o mesmo conceito ao longo de toda a norma e de uma norma a outra”.

Segundo a Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) a **normalização** é a atividade que estabelece, em relação a problemas existentes ou potenciais, prescrições destinadas à utilização comum e repetitiva.

A ABNT apresenta a definição de **norma técnica** como um documento estabelecido por consenso e aprovado por um organismo reconhecido, que fornece regras, diretrizes ou características para atividades ou seus resultados, visando à obtenção de um grau ótimo de ordenação em um dado contexto.

Essa definição assemelha-se àquela encontrada no Dicionário Enciclopédico de Informação e Documentação, em língua francesa, cujo verbete é:

a norma [...] é um documento estabelecido por consenso e aprovado por organismo reconhecido, que fornece, para usos comuns e repetitivos, as linhas diretrizes ou as características, para as atividades ou seus resultados, garantindo um nível de ordem ótimo dentro de um contexto dado. O objetivo de uma norma é de permitir a capacidade de aptidão de emprego de um aparelho, de um produto ou de um dispositivo (especificação), de assegurar a interoperabilidade (unificação) e de realizar com menor custo (simplificação). (DICTIONNAIRE, 2004, p. 167, tradução nossa)

Para a lógica normativa, as rotinas, as regras e os modos operatórios padronizados tornaram-se um fator de ordem no desempenho das atividades pelas diferentes instituições, pois reduzem o caráter caótico.

Entretanto, o ordenamento normativo não estabelece que todas as ações sejam por ele determinadas e nem uma “multidão” de regras significa que os indivíduos estejam “presos” as rotinas. Com muita frequência a contribuição das normas, para a sociedade como um todo, é invisível, somente quando há uma ausência de normas é que sua importância é notada.

Para Foucault, a sociedade burguesa gerou uma obsessão pela norma e pelas normas disciplinares, presentes nas escolas, nas forças armadas, na manutenção de padrões na produção industrial e, até mesmo, nas normas gerais de saúde nos hospitais.

Foucault estava interessado em perceber o poder junto das pessoas em sua vida cotidiana e, com isso, analisa o poder, como uma “malha capilar de micro-poderes”, onde *poder normativo disciplinar* está difundido por toda a sociedade e se espalha entre todos os indivíduos, através de pequenas práticas repetitivas como “as condutas, os comportamentos, as classificações, as normatizações e os adestramentos”.

A **norma** apresenta-se, nas diferentes concepções expostas, como um conjunto de princípios, técnicas e procedimentos, para as ciências, ou como maneiras de ver, sentir e agir, para o senso comum, que estabelecem, criam ou impõem regras, padrões, comportamentos, modelos, exemplos, recomendações, conselhos, julgamentos, valorações, prescrições, sanções, coerções, tanto para o indivíduo na sua vida diária, como para sua vida social, e em suas diversas implicações morais, éticas, econômicas e políticas.

Assim, as normas podem ser tomadas como sinônimo de regras e prescrições, com implicações técnicas e jurídicas, para um público determinado, a intensidade e o alcance de sua observância apresentarão implicações políticas; mas se essas mesmas normas forem apresentadas a outros atores, em outras instâncias, poderão ser tomadas como modelos, exemplos e recomendações.

No atual contexto do mundo globalizado, vem ocorrendo o estímulo internacional para o crescente exercício da orientação normativa da *ordem informacional nos arquivos*, onde a normalização, geradora de maior produtividade e interatividade, está cada vez mais associada

à lógica produtiva, não só do capital como, também, da disponibilidade e da acessibilidade das informações.

Para Marion Beyea, Presidente do Comitê de Boas Práticas e Normas, do Conselho Internacional de Arquivos, a aplicação de normas em arquivos inclui desde “as boas práticas, códigos, diretrizes, manuais” até as “normas técnicas” uma vez que “as normas informam, guiam ou prescrevem atividades” devendo ser desenvolvidas baseadas em uma necessidade identificada, por meio de pesquisas. Sua divulgação é essencial para que elas sejam implementadas e a colaboração entre os arquivistas é fundamental para que as normas sejam aplicadas, adaptadas e revistas.

Para Michael Fox, as normas arquivísticas, principalmente aquelas direcionadas à prática da descrição dos acervos, devem ser simples, básicas e *consistentes*. Para ele, “normalização é sobre consistência, não uniformidade”.

As normas arquivísticas apresentam-se como resultado da produção de conhecimento científico e do saber arquivístico, sua eficácia, ou seja, *sua efetiva aplicação* depende da capacitação técnica e do domínio de certas habilidades específicas.

O exercício da normalização, que se empreendeu desde a promulgação da Lei de Arquivos, procurou equacionar a harmonização técnica, a uniformização terminológica e a dimensão jurídico-discursiva que envolvia a produção das normas arquivísticas.

A adoção das normas arquivísticas vem esbarrando nas implicações técnicas advindas das dificuldades de compreensão de uso dos instrumentos, bem como a intensidade e o alcance de sua observância apresenta implicações políticas.

A presença da *dimensão política* na adoção das normas arquivísticas, muitas vezes, não aparece configurada claramente, pois a norma vem sendo visualizada como elemento ordenador, cuja racionalidade e neutralidade técnicas a isentariam da tomada de postura política ou de busca de alternativas por seus usuários e produtores.

A adoção das normas no cenário arquivístico implica na formulação e implantação de políticas públicas arquivísticas.

A formulação e implantação de políticas públicas, inclusive no caso das políticas públicas arquivísticas, pressupõem que alguns requisitos sejam minimamente satisfeitos, ou mesmo estipulados, para que o alcance esperado com a sua implementação resulte numa transformação da situação existente.

Inicialmente, faz-se necessário, uma melhor compreensão do conceito de política e de políticas públicas, para que se possa analisar o que vem a ser a elaboração de políticas nacionais de arquivos dentro desse escopo maior que são as políticas públicas de informação.

As diferentes significações do termo política, ou melhor, as diferentes acepções da palavra pelos corpos teóricos da Ciência Política, da Filosofia, da Sociologia, da História demonstram a necessidade de explicá-la melhor antes de empregá-la.

A **política**, às vezes, pode ser **sujeito**, outras vezes, ela é **objeto**.

Na primeira condição, temos a esfera da política referindo-se aos atos de ordenar ou proibir alguma coisa, com efeitos sobre todos os membros de um determinado grupo social, o legislar por meio de normas válidas para todos, ou o de tirar e transferir recursos de um setor da sociedade para outros.

Já na segunda situação, temos as ações de conquistar, manter, defender e ampliar o poder estatal, bem como de elaborar, implantar e executar programas da ação governamental.

O conceito de Política está estreitamente ligado ao de **poder** do Estado e a expressão *O que faz o Estado?* Pode-se, então, encontrar, também, definições simples, tais como: “tudo o que o governo decide fazer ou não fazer” ou “um programa de ação governamental num setor da sociedade ou num espaço geográfico”.

Entretanto, estudiosos de análise de políticas públicas, como Muller e Surel (2004) e Dagnino (2002), apresentam as dificuldades de se estudar e analisar as políticas públicas na razão direta da polissemia do termo “política”, uma vez que este termo cobre, ao mesmo tempo, a esfera da política (*polity*), a atividade política (*politics*) e a ação pública (*policies*).

Como definir, então, o que é uma **política pública** ?

Uma política pública é formada, inicialmente, por um conjunto de medidas concretas que constituem a substância ‘visível’ da política. Esta substância pode ser constituída de recursos: financeiros (os créditos atribuídos aos ministérios), intelectuais (a competência que os atores das políticas são capazes de mobilizar), reguladores (o fato de elaborar uma nova regulamentação constitui um recurso novo para os tomadores de decisão) e materiais. Ela também é constituída de ‘produtos’, isto é, de *outputs* reguladores (normativos), financeiros, físicos. (MULLER; SUREL, 2004, p. 16)

Se parece fácil afirmar que uma política pública é um conjunto de decisões e de ações governamentais, na realidade a sua proposição, ou seja, a sua elaboração e implementação, apresenta muitas dificuldades, além de ser, também, difícil verificar se uma política pública existe e se apresenta uma estrutura de sentido para os atores envolvidos.

A construção de políticas públicas não se trata de um processo abstrato.

Pelo contrário, *ela é o resultado da ação concreta dos seus atores*, de seus modos de mobilização, das pressões exercidas, das estratégias elaboradas, das decisões tomadas (ou não), do impacto esperado e dos recursos, **que não são apenas os indicadores**

orçamentários, mas sim aqueles que conferem aos atores capacidade de agir e de exercerem o poder.

A esse quadro acrescenta-se a questão do acesso à informação, que aparece como recurso e instrumento dessa ação pública, pois permitem que os atores “conheçam” e “identifiquem” os problemas e para que “consigam” agir, transformar e “testar” as soluções.

A informação como necessidade básica passa a ser objeto de política pública, pois a ampliação da cidadania civil e o fortalecimento dos governos democráticos só passam a ocorrer com a compreensão das questões públicas, baseada em oportunidades plenas obtidas pelos cidadãos por intermédio de fontes alternativas de informação.

A elaboração e a implantação de políticas públicas tornam-se cada vez mais uma tarefa complexa, a partir da ampliação do capital informacional gerado, processado, armazenado e disponibilizado pelo Estado, para que os cidadãos tenham garantidas as oportunidades para participar, discutir, deliberar e procurar soluções e para que a política pública torne-se, de fato, uma ação, um programa sustentável e não adquira apenas o caráter de uma declaração de política.

Assim, a revalorização do direito à informação como direito fundamental, nas diversas propostas de políticas de informação, passa a ter um potencial para contribuir para a democratização da sociedade da informação.

Ainda, dentro do quadro de definições, destacam-se alguns teóricos que vêem como função principal das políticas de informação o fornecimento de um marco legal e institucional para o intercâmbio formal da informação.

De acordo com este ponto de vista “tecnocrático”, entende-se a concepção de uma política de informação quando esta for orientada por objetivos burocráticos e acompanhada com a produção de diversos instrumentos e documentos legais, pois *uma política emerge da própria organização do governo e do aparato estatal*.

Em estudo publicado pela UNESCO, em 2006, para definição de princípios norteadores da implantação de uma política nacional de informação, mais uma vez são reforçados os valores associados à disseminação da informação governamental, para a ampliação da “transparência da governança” e para a diminuição do “hiato digital” provocado pelo avanço das tecnologias de informação e comunicação.

Julio Cubillo (2003) chama a atenção para a situação dos países da América Latina, onde se vive e se fala de territórios localizados à margem da periferia, muito distantes desse “concerto” global, onde as políticas públicas de informação, lamentavelmente, nunca conseguiram se instalar nos lugares privilegiados das agendas dos governos.

Para ele, as políticas públicas de informação, “os mandatos, as organizações e as legislações que as sustentam, são e tem sido, no geral, incipientes, frágeis, insuficientes e desarticuladas entre si”. Uma porção crescente dessas políticas (se existiram ou se ainda existem) passou – sigilosamente, imperceptivelmente - ao desvão das recordações, sem que nada ou ninguém as tenha podido substituir ou reposicionar.

Cabe questionar, então, no caso dos países latino-americanos, e mais especificamente do Brasil, de que se está falando quando se menciona as políticas públicas de informação?

No contexto da sociedade global, o objetivo é prover acesso universal e diminuir a lacuna entre os ricos e os pobres em informação. Um decisivo elemento dessa estratégia é expandir a quantidade e a qualidade da informação [...], particularmente aquela gerada no setor público ou em instituições de interesse público, e conseqüentemente facilitar o acesso aberto e equitativo de todos os cidadãos ao conhecimento e aos benefícios advindos dessa informação coletiva. [...] A disseminação aberta e irrestrita da informação do setor público também promove a melhoria da saúde e segurança públicas e do bem estar social geral, à medida que os cidadãos se tornem mais bem informados para tomar decisões sobre sua vida cotidiana, seu ambiente e seu futuro. (UHLIR, 2006, p.29-30)

Então, de que políticas de informação necessitam esses países que já conseguiram estender seus direitos políticos e agora buscam a ampliação dos direitos civis e sociais para enfrentarem o desafio global?

Entre os elementos que compõem a conquista dos direitos civis, encontra-se o acesso às informações públicas, esse acesso torna-se fundamental para a consolidação não só dos direitos políticos mas, também, dos econômicos e sociais.

[...] a idéia de necessidades, incluindo o entendimento de necessidades econômicas, **requer informação pública e intercâmbio de informação**, visões e análises. Os direitos [...], incluindo a liberdade de expressão e discussão, não são somente fundamentais para induzir respostas sociais a necessidades econômicas, eles são fundamentais para a conceitualização das necessidades econômicas em si mesmas. (SEN, 1999, apud PNUD, 2004, p.69 e71, grifo nosso).

A partir dessa contextualização, **como se situam as políticas arquivísticas no quadro das políticas públicas de informação?**

A literatura arquivística internacional sempre destacou que a ausência de uma legislação específica na área de acesso à informação e aos arquivos impediria a superação dos impasses existentes nas ações que exigem a transparência do Estado e a garantia ao direito à informação por parte dos cidadãos.

As práticas discursivas presentes nas falas de muitos atores do cenário arquivístico nacional, também, reforçam esse ponto de vista, uma vez que o aparato legal é apontado como



condição *sine qua non* para superação do “caos documental”, legando as normas arquivísticas o poder de organização da totalidade, cuja tecnicidade emprestaria ao fazer arquivístico a capacidade de fornecer soluções.

Sabe-se, entretanto, que políticas não são produtos ou conseqüências da entrada em vigor de um ato legal ou normativo, elas são frutos de vontades, decisões e recursos que envolvem a presença e atuação do Estado e também da sociedade.

A legislação arquivística é parte indissociável e primeira de toda política de gestão de documentos que, num país, se concretiza em uma política nacional de arquivos. [...] a solução da maior parte dos problemas colocados pela gestão de arquivos passa pela infra-estrutura legislativa. [...] *Entretanto, somente uma lei de arquivos não é tudo.* Ela deve fazer parte de um conjunto que é uma política nacional de arquivos cujos componentes são a legislação e sua regulamentação, os recursos (humanos, materiais e financeiros) e um programa de ação. (COUTURE, 1998, p. 1-2, tradução e grifo nossos)

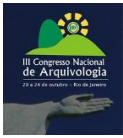
O ponto de partida foi o próprio ordenamento jurídico constitucional [a Constituição Federal de 1988], que assegura os direitos e as garantias fundamentais de acesso às informações e a competência do Estado na gestão da documentação governamental, cuja não observância envolve sanções.

A conquista do marco legal na área dos arquivos, no Brasil, também foi obtida em 1991, com a promulgação da conhecida Lei de Arquivos, cuja regulamentação tem sido objeto da atuação do Conselho Nacional de Arquivos (CONARQ) nos últimos quatorze anos.

Alguns de seus produtos trouxeram transformações ao cenário arquivístico brasileiro, entretanto, alguns analistas apontam e destacam inúmeros fatores que influenciam o papel, o campo e as conseqüências da aplicação da legislação.

A elaboração de leis e regulamentos e a produção de normas e diretrizes foram buscadas pelos agentes do Estado, responsáveis pela definição de uma política nacional de arquivos, como elementos capazes de oferecer instrumental técnico-científico para ordenação do ‘caos’, em que se encontravam tanto as instituições arquivísticas públicas como os serviços arquivísticos.

As ações de normalização, empreendidas pelo CONARQ, tornaram-se fortes instrumentos técnicos e de compulsória adoção pelos órgãos do Poder Executivo Federal, na medida em que decretos presidenciais específicos tornaram obrigatória a sua aplicação para a gestão de documentos da administração pública federal.



Para os órgãos públicos federais, elas tornaram-se prescritivas, sua adoção não admite omissões, alterações ou adaptações sem autorização expressa da instituição arquivística pública dessa esfera de competência, isto é, o Arquivo Nacional.

Para as demais instâncias do cenário arquivístico brasileiro, as normas arquivísticas podem ser tomadas como modelos, exemplos e recomendações, podem sofrer as adaptações locais e regionais, observando os dispositivos jurídicos das diferentes esferas de Governo e Poder.

Nesse âmbito registram-se assimilações na íntegra do texto normativo e, em outros casos, a existência de pressupostos metodológicos diferenciados levou a uma nova formatação dos instrumentos, contudo os pressupostos teóricos não foram essencialmente modificados.

Entretanto, a difusão desses pressupostos, os quais viabilizam a sua plena e consistente adoção, carece de um amplo *programa de divulgação e de treinamento* envolvendo os produtores das normas (CONARQ), os seus beneficiários (arquivos públicos e privados) e os seus usuários (administradores, servidores públicos e cidadãos).

A existência de aparato legal e de instrumentos técnico-científicos normalizadores constitui-se em referência substancial para que se alcancem as transformações desejadas.

A construção de uma legislação arquivística tem sido (e é) de grande importância mas não o suficiente. O alcance dos regulamentos exige a verificação de quais transformações ocorreram no cenário.

Num cenário, em que os agentes do Estado realizavam os procedimentos administrativos e as práticas arquivísticas, fundamentados no chamado 'bom senso', ou seja, sem os parâmetros técnico-científicos preconizados, a produção de normas arquivísticas não depende apenas do conjunto de conhecimentos alcançados pela teoria arquivística, mas, essencialmente, das decisões políticas de como adotá-las.

As dimensões técnicas e políticas da adoção das normas arquivísticas exigem uma maior articulação dos agentes responsáveis pela formulação e implantação de políticas públicas arquivísticas.

A viabilização dessas medidas depende principalmente de decisões políticas. Depende, inclusive, da discussão de quais políticas públicas arquivísticas precisam ser formuladas, anunciadas e efetivadas. Depende, ainda, do envolvimento dos atores públicos e privados (Estado e sociedade civil) na formulação e execução de outras políticas públicas no campo da informação.

A presença efetiva de mudanças depende mais do que o empenho personificado, muitas vezes, pelo Conselho Nacional de Arquivos, pelo Arquivo Nacional e por outras



instituições arquivísticas. Depende do compromisso dos agentes do Estado com a produção, processamento, uso, guarda e disponibilização da informação arquivística governamental.

Espera-se que esse trabalho tenha contribuído com a ampliação dos estudos das normalizações e das políticas públicas. O tema está longe de ser esgotado, pelo contrário, ele precisa ser amplamente estudado e discutido tanto no ambiente acadêmico como pelas instituições arquivísticas e por outros agentes do Estado que, certamente, fornecerão importantes subsídios para as ações de normalização e para a formulação e implantação de políticas públicas arquivísticas.

REFERÊNCIAS

ASSOCIAÇÃO Brasileira de Normas Técnicas (ABNT). Disponível em: <<http://www.abnt.org.br/>>. Acesso em 05 maio 2007.

BEYEA, Marion. A favor de normas para a prática arquivística. **Acervo**, Rio de Janeiro, v. 20, n. 1-2, p. 31-38, jan./dez. 2007.

BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. **Dicionário de política**. Brasília, DF: Editora Universidade de Brasília, 1991. 2 v.

BOUDON, Raymond; BOURRICAUD, François. **Dicionário crítico de Sociologia**. São Paulo: Ática, 1993.

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa. Brasília, DF: Senado, 1988.

_____. Lei n. 8.159, de 08 de janeiro de 1991. Dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**. Brasília, DF, 09 de jan. de 1991. Seção 1, p. 457.

CARIDAD SEBASTIÁN, Mercedes; MÉNDEZ RODRÍGUEZ, Eva M^a; RODRÍGUEZ MATEOS, David . La necesidad de políticas de información ante la nueva sociedad globalizada. El caso español. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 29, n. 2, maio/ago. 2000. Disponível em: <<http://www.ibict.br/cienciadainformação>>. Acesso em 20 mar. 2005.

COUTURE, Carol. Rôle et champ d'application de la législation archivistique. **Ciberlegenda**, Niterói, RJ, n.1, 1998. Disponível em: <<http://www.uff.br/mestcii/carol1.htm>> Acesso em 31 maio 2007.

CUBILLO, Julio. Políticas públicas de información en América Latina: ¿cuánto nos hemos renovado? **DataGramZero: Revista de Ciência da Informação**, Rio de Janeiro, v. 4, n. 4, ago. 2003. Disponível em: <http://www.dgz.org.br/ago03/Art_03.htm>. Acesso em 31 maio 2007.

DAGNINO, Renato. Metodologia de análise de políticas públicas. In: DAGNINO, Renato et al. **Gestão estratégica da inovação: metodologias para análise e implementação**. Taubaté, SP: Cabral Universitária, 2002. Disponível em: < <http://www.campus-oei.org/salactsi/rdagnino1.htm>>. Acesso em 28 out. 2006.



FAULSTICH, Enilde. A socioterminologia na comunicação científica e técnica. **Ciência e Cultura**, v.58, n.2, p. 27-31, abr./jun. 2006.

FOUCAULT, Michel. **A Ordem do Discurso**. [S.l., s.d.] [Tradução de Edmundo Cordeiro e Antonio Bento do original L'Ordre du discours. Paris: Gallimard, 1971] Disponível em: <http://www.unb.br/fe/tef/filoesco/foucault/acesso> Acesso em 19 set. 2006.

FOX, Michael. Por que precisamos de normas. **Acervo**, Rio de Janeiro, v. 20, n. 1-2, p. 23-30, jan./dez. 2007.

JAPIASSÚ, Hilton; MARCONDES, Danilo. **Dicionário básico de Filosofia**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1991.

JARDIM, José Maria. Políticas públicas arquivísticas: princípios, atores e processos. **Arquivo & Administração**. Rio de Janeiro, v. 5, n. 2, p.5-16, jul./dez.2006.

JOHNSON, Allan G. Dicionário de Sociologia: guia prático da linguagem sociológica. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997.

MACHADO, Sulamita Crespo Carrilho. O normativismo jurídico de Hans Kelsen: a norma jurídica como objeto da Ciência do Direito. **Revista eletrônica de Direito do Centro Universitário Newton Paiva**. 4ª edição. Disponível em: <http://direito.newtonpaiva.br/revistadireito/docs/prof> Acesso em 28 abr.07.

MULLER, Pierre; SUREL, Yves. **A análise das políticas públicas**. Pelotas, RS: EDUCAT, 2004.

PNUD. Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. **A Democracia na América Latina rumo a uma democracia de cidadãos e cidadãos**. Santana do Parnaíba, SP: LM&M, 2004. Disponível em: <http://www.pnud.org.br/publicacoes/> Acesso em 16 jun.2007.

POGREBINSCHI, Thamy. Foucault, para além do poder disciplinar e do biopoder. **Lua Nova: Revista de Cultura e Política/CEDEC**, São Paulo, n. 63, p. 179-201, 2004.

RODRIGUES, Sérgio Murilo. A relação entre o corpo e o poder em Michel Foucault. **Psicologia em Revista**, Belo Horizonte, v. 9, n. 13, p. 109-124, jun. 2003.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço**. Técnica e tempo. Razão e emoção. São Paulo: Hucitec, 1997.

SILVA, Jaime Antunes da. O Arquivo Nacional e a implementação da política arquivística no Brasil. **Cadernos BAD**, Lisboa, n. 2, p. 121-131, 1994.

SUTTER, Eric. Norme. In: **DICTIONNAIRE de l'information**. Paris: Armand Colin, 2004.

_____. Norme. In: **DICTIONNAIRE encyclopédique de l'information et de la documentation**. Paris: Nathan, 1997.

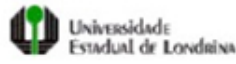
UHLIR, Paul F. **Diretrizes políticas para o desenvolvimento e a promoção da informação governamental de domínio público**. Brasília: UNESCO, 2006. 69 p.



III Congresso Nacional de Arquivologia

20 a 24 de outubro – Rio de Janeiro

Apoiadores :



Patrocínio



Realização



Organização

